

te e representativo do "novo Adão" urbano, completamente desinibido, não-repressivo, privado de Super-Ego. A mitologia do Macunaíma configura o pandemônio dos conteúdos do Inconsciente Coletivo que se cristalizavam em imagens anárquicas — merecendo como tal interpretação analítica cuidadosa. O novo Brasil, em gestação na Paulicéia desvairada, é pluralista e tenta ultrapassar os seus complexos infantis, para fora do seio materno.

No *Menino de Engenho* descobre Haberly a tradição central da literatura brasileira dos últimos 150 anos. A metáfora fundamental (ou o que eu chamaria o motivo arquetípico central) é de novo tirada do relato bíblico do Éden. A humanidade foi expulsa do Paraíso terreno. No Brasil, sente-se exilada do Éden tropical onde inicialmente afundou no Inconsciente. Com a colonização, o homem brasileiro principiou a emergir desse bem-aventurado estado de inconsciência edênica no Berço Esplêndido. O impacto da civilização ocidental trazida pelos portugueses e demais imigrantes europeus foi traduzido, na literatura brasileira anterior a 1922, pela tristeza das Três Raças que se fundiam. A partir do movimento modernista desperta a intuição fantástica de um futuro aberto à criatividade nacional. Considero o trabalho de Haberly uma valiosa contribuição para o melhor entendimento desse quadro em que se moveu a literatura brasileira, exprimindo as dores de gestação de nossa cultura.

J. O. de Meira Penna
Universidade de Brasília

MELO, Mário Lacerda de. *O Meio-Norte*. Recife, SUDENE, CPR, Divisão de Política Espacial, 1933. 478 p. (Brasil, SUDENE, Estudos Regionais, 9).

Com esse trabalho, o geógrafo Mário Lacerda de Melo dá continuidade à contribuição que vem oferecendo, ao longo de sua carreira, para um melhor conhecimento das realidades e dos problemas do Nordeste. Sua abordagem é sobretudo geográfica, mas a temática de que se ocupa é predominantemente de natureza social e econômica.

Trata-se do resultado de mais uma pesquisa realizada sob os auspícios da SUDENE. Sua publicação faz parte da série Estudos Regionais, mantida por aquela autarquia. Série onde já figuraram dois livros do mesmo geógrafo. Em um deles, sob o título *Regionalização Agrária do Nordeste*, editado em 1978, Mário Lacerda realiza, pioneiramente, uma compartimentação agrária do espaço nordestino. No outro, intitulado *Os Agrestes*, analisa em profundidade uma das grandes regiões agrárias por ele identificadas no espaço macrorregional. E agora, em estudo com data editorial de 1983, aborda um outro grande espaço agrário nordestino, o da região por ele tida como do "sistema agropastoril extrativo de uso de recursos". Essa unidade espacial, compreendendo aproximada-

mente a terça parte setentrional do Estado do Piauí e as duas terças partes setentrionais do Maranhão, tem a designação de *Meio-Norte*, que foi adotada como título do livro.

Os característicos ecológicos, econômicos e sociais que individualizam o Meio-Norte dentro do sistema espacial agrário nordestino estão expostos com clareza logo no início do trabalho, dentro do capítulo de introdução. Das duas partes em que o livro se divide, a primeira aborda, em onze capítulos, a região como um todo. Na segunda parte, o autor, depois de haver realizado uma sub-regionalização do espaço do estudo, examina detidamente cada um dos quatro subespaços agrários em que o divide: o da sub-região do Baixo e Médio Parnaíba, o da sub-região do Itapecuru e Mearim, o da sub-região da Fachada Costeira e o da sub-região da Pré-Amazônia Maranhense. Em cada uma dessas unidades sub-regionais os aspectos analisados referem-se a uma caracterização geral, às atividades agroextrativas, às atividades pastoris e à repartição e dinâmica populacionais.

Inicia-se a primeira parte com a apresentação do quadro geocológico. Focaliza, de um lado, as características bioclimáticas que são responsáveis por uma sucessão de zonas: a de vegetação de caatinga, a dos cerrados, a dos babaçuais e capoeiras e a de revestimento do tipo florestal. De outro lado, examina os aspectos propriamente fisiográficos nos planos morfológico, edáfico e hidrográfico. Deve-se registrar que os diferentes elementos do quadro natural são analisados em suas inter-relações mas sem detalhamentos específicos que excedam a medida do necessário à compreensão dos condicionamentos que exercem sobre o processo de ocupação humana do espaço e sobre as formas com que atualmente se apresentam os resultados dessa ocupação em termos de estruturas econômicas e sociais (cap. 1o.).

Segue-se um conjunto de capítulos (2o. ao 7o.) em que o autor aborda o sistema de uso de recursos, considerado em seu conjunto e em cada um dos setores constitutivos. Estudam-se, nessa parte, de modo detido e sucessivamente, as atividades de lavoura, de pecuária, de extrativismo vegetal, de agroindústria e de pesca. Ao identificar ali o tipo de abordagem específica levada a efeito em cada um desses segmentos da estrutura sócio-econômica, o leitor se poderá capacitar de como valeu a pena o esforço de pesquisa realizado pelo autor, com sua equipe. Esforço a que alude no prefácio ao referir que, ao acervo de informações e observações obtido no trabalho de gabinete, conjugou-se o resultante de um trabalho de campo "para cuja obtenção foram realizadas três excursões com a duração de duas semanas cada uma, cujos percursos, dentro da área, somaram mais de 7.000 km". Foi certamente o material assim reunido que permitiu ao geógrafo Mário Lacerda realizar, nos capítulos referidos, um estudo em profundidade onde, a nosso ver, alcançou plenamente o seu desígnio de compreender o espaço analisado, inclusive no tocante a dois aspectos essenciais: o alusivo aos fatores que respondem pela estruturação sócio-econômica regional e o referente à problemática de natureza social gerada por essa mesma estruturação.

Enquanto os cinco mencionados capítulos são de natureza eminentemente econômica, embora compreendendo os aspectos sociais vinculados aos citados diferentes tipos de atividades, os três capítulos subseqüentes (8o. ao

10o.) tratam de matéria de caráter mais acentuadamente social, embora a vincule sempre ao embasamento econômico. Inicia-se essa parte do livro pelo exame da estrutura fundiária. O capítulo a ela destinado ocupa-se dos fatores a que se deve a muito acentuada concentração de terras existente no espaço regional. Sobretudo da muito importante influência das formas de colonização vigorantes em diferentes subespaços e épocas do processo geo-histórico de formação territorial. A observação mais relevante, a esse propósito, é a de que tanto a ocupação colonizadora devida à expansão pastoril a partir das áreas da caatinga e dos cerrados como a realizada através da grande lavoura canavieira e algodoeira e como a colonização resultante, mais recentemente, dos deslocamentos da fronteira agrícola, acarretaram processos de estruturação fundiária caracterizados pela ampla predominância da grande propriedade e, não raro, do superlatifúndio.

No espaço destinado ao estudo da estrutura sócio-econômica rural, o do capítulo 8o., é examinada detidamente a situação dos lavradores ou pequenos produtores rurais. As relações sociais de produção e a estrutura da comercialização respondem, no juízo do autor, por um processo de transferência de renda e por uma situação de dependência do pequeno produtor que se situam na base dos padrões de existência extremamente precários que afligem o grosso das populações rurais. Também contribui para a pobreza rural existente em toda a região o primitivismo dos processos produtivos, que ali se manifestam de modo mais acentuado, exprimindo-se na chamada agricultura itinerante. A própria estrutura fundiária constitui um empecilho à melhoria da tecnologia agrícola. Termina o capítulo com um exame dos empreendimentos de colonização oficial representada pelas colônias do Alto Turi, de Buriticupu e de Barra do Corda.

O aspecto da problemática social examinado a seguir é o referente às tensões sociais e aos conflitos pela posse da terra. No capítulo a ele destinado (cap. 10), o geógrafo Mário Lacerda caracteriza a estrutura macrofundiária como fator basilar dessas tensões e conflitos. As mudanças econômicas recentes, ocorridas a partir da nova infra-estrutura de circulação, acarretando uma corrida irrefreável pelo apossamento de terras, responde por uma violenta agudização do problema. A par disso, o movimento de colonização espontâneo ou de deslocamento da fronteira agrícola, multiplicando o número de posseiros, multiplica também o número de conflitos entre estes e os detentores de terras. Detentores estes que, com frequência, possuem amplos ou muito amplos domínios fundiários havidos através de formas ilegítimas ou ilícitas como é sobretudo o caso das cessões injustificadas de glebas feitas pelo poder público, da simples ocupação de fato e do uso dos meios fraudulentos que caracterizam o tão difundido fenômeno da grilagem.

O autor observa que esse processo insólito de estruturação fundiária "assumiu tal magnitude que praticamente não deixou áreas livres por onde se pudesse deslocar uma frente de avanço de pequenos agricultores". O fenômeno é conhecido sob a designação de "fechamento da fronteira agrícola". O que se traduz, no âmbito sub-regional, pela existência de uma enorme extensão de terras apropriadas mas totalmente destituídas de função social. E, no âmbito nordestino, isso significa a perda da função regional que a Prê-Amazônia vinha desempenhando como área receptora de excedentes populacionais da macrorregião.

Recensões

Depois de indicar, através de dados, as dimensões assumidas pelos chamados conflitos de terras, o autor detém-se na análise daquilo a que denomina "gênese estrutural do problema" para, em seguida, examinar a ação dos órgãos interessados que são, ao lado dos vinculados ao poder público, as entidades de classe e instituições ligadas à Igreja. O processo de auto-organização camponesa e a seqüência de lutas dos sindicatos rurais são abordados cuidadosamente. Do mesmo modo, o papel desempenhado pela CNBB e, em particular, pela Comissão Pastoral da Terra.

Mencionemos finalmente que o livro não se restringe a questões e problemas do mundo rural do Meio-Norte. Analisa, também, embora de modo bem menos detido, o sistema urbano. Ao fazê-lo, deixa bem caracterizados a fragilidade e os desequilíbrios desse sistema. Dentro dele, os casos das cidades de São Luís, Teresina e Imperatriz aparecem com vigor excepcional. Cada uma com suas peculiaridades e seus males específicos. O autor destina algumas páginas ao estudo desses grandes nódulos citadinos. Por outro lado, não está omissa o elemento vinculador do mundo rural ao sistema urbano, representado pela rede de estabelecimentos beneficiadores da produção agrícola e extrativa. Com a sua caracterização, fecha-se o último capítulo da primeira parte da alentada monografia do professor Mário Lacerda.

Gilberto Osório de Andrade

Fundação Joaquim Nabuco

SÁ, Constança & FERREIRA FILHO, Zafer. *O advogado e a empresa*. Rio de Janeiro, Ordem dos Advogados do Brasil, 1982. 184 p. (Série OAB/RJ Pesquisa)

Quem pretender obter uma visão empiricamente mais rigorosa e socialmente mais abrangente sobre os advogados brasileiros enfrentará boas dificuldades. Os advogados brasileiros muito se desconhecem a si próprios. Sobre tudo das últimas décadas até hoje. Desconhecem, por exemplo, quantos são. Onde estão. O que realmente fazem. Quanto recebem de honorários. Qual sua origem social. O que pensam sobre sua profissão. Sobre o Poder Judiciário. Os dados e informações disponíveis, que produzem o conhecimento orientador da classe profissional, têm duas características principais. A primeira é a seguinte. Trata-se de dados fundamentalmente individualizados. Recolhidos na experiência pessoal de suas lideranças. Que por mais sintonizadas que estejam com a realidade profissional, dificilmente conseguem formular um conhecimento socialmente mais abrangente. A realidade profissional nos oito milhões de km² do Brasil é extremamente complexa. Não cabe na experiência individual, por mais ilustre que seja. A segunda é a seguinte. A partir deste conhecimento individualmente se-